

**Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).**

**Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013.**

**PARA SE PENSAR O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: As Universidades  
Federais e a equidade federativa**

**Aline Vanessa Zambello, UFSCar - CAPES**

[alinezambello@gmail.com](mailto:alinezambello@gmail.com)

**Vera Alves Cepêda, UFSCar**

[cepeda\\_vera@yahoo.com.br](mailto:cepeda_vera@yahoo.com.br)

**Gleidylucy Oliveira, UFSCar**

[lucyjorn.al@gmail.com](mailto:lucyjorn.al@gmail.com)

Administración pública y políticas públicas

**Resumo**

O Ensino Superior Brasileiro está entre o Estado (público) e o Mercado (privado). Entre a reforma universitária de 68 e meados dos anos 90, o modelo que prevaleceu foi de privilégio ao ensino privado, o qual segue tendências e regras de mercado, tanto na disponibilização quanto na alocação de vagas. Quanto ao ensino público, este é dividido da mesma maneira que os entes federativos e, assim, também tem em cada um dos níveis perspectivas e finalidades diferentes. Destacamos a importância do ensino superior público federal e, em especial as universidades como *locus* estratégico de desenvolvimento e, mais, de equilíbrio federativo.

**Palavras-chave: Ensino Superior; Universidades Federais; equilíbrio federativo;**

## 1. Introdução

O Ensino Superior no Brasil tem duas naturezas, ou ele é operado pelo Estado (público) ou pelo Mercado (privado). Nos últimos 80 anos (Barreyro, 2008; Durham, 2003) a gestão apostou no modelo privado de ensino.

Podemos indicar como ponto inicial da trajetória, a vinda da família real em 1808, assim, as primeiras instituições de ensino superior (no modelo moderno, ou seja, não são aquelas voltadas para formação no campo religioso, como as precedentes no caso brasileiro, mas sim, as voltadas a formação de carreiras). Mas esses estabelecimentos que começam a se montar são isolados e pequenos. O modelo de universidades (agregação de institutos ou centros) data de 1931 com o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto 19851/31) e que segue vigente até 1961, ano de inflexão.

Na década de 30 nota-se a criação de duas grandes universidades, a USP - 1931 e a Universidade do Distrito Federal (no Rio de Janeiro) – 1935. As duas com finalidades políticas (CUNHA, 1980) e também as Universidades Católicas. Houve uma tensão entre uma elite católica conservadora e intelectuais liberais. O modelo de universidade até então não tinha como parâmetro a pesquisa e produção de conhecimento.

A mudança desse modelo veio em 61 quando a reforma colocou itens como: a) unificação do vestibular; b) carreiras de curta duração; c) matrículas em formato de crédito; d) sistema de pós graduação; e) instituição de departamentos; f) carreira docente baseada em títulos e méritos; g) dedicação exclusiva.

Na década de 70 é que se vê o impulso da expansão, sendo principalmente de instituições privadas de ensino e acompanhando a lógica ou demanda do mercado.

**Tabela 1:** Número de instituições nos anos de 1971, 1975 e 1980 por categoria administrativa

	<b>Público</b>	<b>Privado</b>	<b>Δ% Cresc. Público</b>	<b>Δ% Cresc. Público</b>
<b>1971</b>	112	527	-	-
<b>1975</b>	128	732	14,28%	38,90%
<b>1980</b>	109	684	-14,84%	-6,56%

Fonte: Baseado em Barreyro, 2010 p. 20

No número de vagas também é possível perceber a predominância das instituições de ensino privado durante a década de 70:

**Tabela 2:** Evolução das matrículas na educação superior de graduação presencial, por categoria administrativa (1960-1979)

	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>	<b>Δ%</b> <b>Pública</b>	<b>Δ%</b> <b>Privada</b>	<b>Total</b>	<b>Δ%</b> <b>Total</b>
<b>1960</b>	52.000	41.000	-	-	93.000	-
<b>1970</b>	210.613	214.865	305,02	424,06	425.478	357,50
<b>1971</b>	252.263	309.134	19,77	43,87	561.397	31,94
<b>1972</b>	278.411	409.971	10,36	32,62	688.382	22,62
<b>1973</b>	300.079	472.721	7,78	15,30	772.800	12,26
<b>1974</b>	341.028	596.565	13,65	26,20	937.593	21,32
<b>1975</b>	410.225	662.323	20,29	11,02	1.072.548	14,39
<b>1976</b>	404.563	692.164	-1,38	4,50	1.096.727	2,54
<b>1977</b>	409.479	749.567	1,21	8,29	1.159.046	5,68
<b>1978</b>	452.353	773.204	10,47	3,23	1.225.557	5,74
<b>1979</b>	462.303	849.496	2,20	9,86	1.377.799	12,42

Fonte: Baseado em Pinto, 2004. Com dados do MEC/INEP

Para Durhan (2003) a expansão do lado privado do ensino superior da década de 70 pode ser explicada por: a) mudança da legislação pertinente a qual permite o funcionamento de pequenas instituições com fins lucrativos e b) havia uma demanda reprimida de egressos do ensino médio que ainda não tinham entrado no Ensino superior e também aqueles que agora faziam o supletivo. Aliado a isso, o Ensino privado disponibilizou vagas e cursos noturnos, criando uma demanda.

Nos anos 80 temos o período de transição política e de grave crise econômica. Dado o perfil das instituições privadas de ensino até então, a crise cria uma estagnação na criação de vagas e instituições. A estratégia, então, utilizada pelas instituições privadas foi se organizar em agrupamentos do tipo Faculdades ou Faculdades Integradas que permitiam, pelo tamanho aumentado, podem manejar vagas e cursos de forma a atender rapidamente a demanda de mercado.

**Tabela 3:** Número de instituições privadas de ensino superior por tipo de organização acadêmica (1980-1994)

	<b>Universidades</b>	<b>Δ %</b>	<b>Estabelecimentos Isolados</b>	<b>Δ %</b>	<b>Federações</b>	<b>Δ %</b>
<b>1980</b>	20	-	643	-	19	-
<b>1985</b>	20	0,00	548	-14,77	58	205,26
<b>1990</b>	40	100,00	582	6,20	74	27,59
<b>1994</b>	59	47,50	490	-15,81	84	13,51

Fonte: Censo/INEP

A estagnação na criação de vagas no ensino privado e um aumento em alguns períodos no ensino público fica indicado na tabela abaixo:

**Tabela 4:** Evolução do número de vagas em instituições privadas e públicas de ensino na década de 80

	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>	<b>Δ% Pública</b>	<b>Δ% Privada</b>
<b>1980</b>	126940	277874	-	-
<b>1981</b>	139298	278050	9,74	0,06
<b>1982</b>	141133	280098	1,32	0,74
<b>1985*</b>	141274	289208	0,10	3,25
<b>1986</b>	150259	292055	6,36	0,98
<b>1987</b>	147767	299578	-1,66	2,58
<b>1988</b>	149793	313946	1,37	4,80
<b>1989</b>	148630	318164	-0,78	1,34

\* Dados dos anos 1983 e 1984 não disponíveis

Fonte: Sinopse da educação superior INEP

O crescimento no setor público significativo entre o ano de 1980 e 1981 é dado pelas universidades estaduais (crescimento de 17,52%) e entre 1985 e 1986 o crescimento está localizado nas universidades municipais (16,74%).

No contrapé desse processo, o ensino superior público no Brasil tem uma natureza diferenciada, as IES são consideradas instituições de excelência, principalmente pela produção das pós-graduação, embora estejam em número menor, falar em uma hierarquia das Universidades quanto a sua contribuição ao desenvolvimento é colocar as públicas no patamar mais alto.

Vê-se assim que a educação, em especial a educação superior pública tem um papel estratégico no circuito do desenvolvimento. Primeiramente por concentrar o desenvolvimento de tecnologia de ponta, e, também, pela possibilidade de formação crítica de um *corpus* profissional e intelectual. O estudo do IPEA (2010) aponta que a educação tem um fator multiplicador do PIB no qual o gasto equivalente a 1% do PIB faz com que o próprio PIB aumente em 1,85% e a renda familiar em 1,67%. Sendo que o gasto com educação é o que tem maior efeito entre todos os tipos de gasto sobre o crescimento do PIB e das famílias.

Outros estudos apontam resultados interessantes na relação entre educação e: renda CORBUCCI (2011); POCHMAN (2004); Produção técnica CORBUCCI (2007); renda e trabalho PERES (2010).

Agora, não basta só classificar as IES públicas como uma categoria única e homogênea, ela está dividida em da mesma forma que está dividido os entes federativos: a) no nível municipal; b) no nível estadual e; c) no nível federal.

A criação e manutenção das Instituições de Ensino Superior - IES em cada um dos níveis está pautada na disponibilidade de captação e utilização de recurso também vinculado a cada um dos níveis. O que vemos é que durante a trajetória do Ensino Superior houve unidades federativas que conseguiram aportar grande montante de recurso para utilização no ensino superior, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Mas isso não reflete a realidade da federação brasileira.

Se cria uma primeira assimetria: IES públicas podem ser criadas com fundos públicos estaduais. Mas e quando falamos das federais? Elas trabalham com recursos públicos federativos e, por tanto, deveriam ser aportados nas regiões com menor capacidade de desenvolvimento. As IES, portanto, seriam ferramentas de produção do desenvolvimento: formação, produção científica, serviço e inovação.

Deste modo, é um problema legítimo e fundamental o desenho regional das Instituições Federais de Ensino Superior, mais precisamente das Universidades Federais<sup>1</sup> dado que o fundo público federativo deveria trabalhar nas categorias de: a) Isonomia e b) equidade<sup>2</sup>. Ou seja, distribuir os recursos captado coletivamente de forma a transformar os mais desiguais em mais iguais.

A partir de agora discutiremos nesse trabalho o cenário das Universidades Federais em dois trechos históricos: pré 95/96 e pós 95/96.

## **2. A Universidade pública no Brasil**

Esse trabalho trabalha com dois importantes marcos: 1) o marco da criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) em substituição ao Conselho Federal de Educação (CFE); 2) a LDB de 1996.

No âmbito do Ministério da Educação, a criação do Conselho Nacional de Educação<sup>3</sup> em substituição ao Conselho Federal de Educação (1961-1995) que, além de assessorar o MEC, abriu a participação à sociedade civil bem como, tencionava acabar com as suspeitas de corrupção do seu precursor e críticas sobre corporativismo que o transformou em um órgão ineficiente. O CNE, portanto, representa um marco na educação dada a mudança executada nas políticas públicas de educação (MATTOS e SILVA, 2013).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 em substituição a de 1961 define os parâmetros ligados à educação e por isso também é um marco importante.

Esse trabalho se propõe a discutir as Universidades Federais Públicas entre 1990 e 2010 com a hipótese de que haveria em um primeiro momento (1990-1996) uma assimetria em relação a distribuição de instituições e vagas no desenho federativo e no segundo momento (1996-2010) esse desenho passa a seguir um caminho rumo a uma equidade federativa.

Cabe ressaltar que no segundo momento nos deparamos com o REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que alterou radicalmente a distribuição de recursos para expansão da malha federativa de IES.

Na rede federal de universidades, o número de instituições, vagas e, conseqüentemente, de matriculados aumentou progressivamente. Entre 2002 e 2010, foram criadas 19 novas universidades federais, passando de 39 para 58 instituições<sup>4</sup>.

Em todo o sistema público de Ensino Superior Público, o crescimento do número de vagas entre na década de 2000 foi 81,3% maior do que as vagas disponíveis na década de 90. Esse crescimento deve ser associado a demanda que se coloca. Chamamos de demanda aqui, os alunos concluintes do Ensino Médio.

Devemos considerar o crescimento populacional e um forte investimento na educação do ensino médio (ABREU, 2010), o que também reflete no aumento do número de estudantes aptos à entrada no sistema de ensino superior.

Portanto, há que se considerar o número de concluintes do ensino médio como forma de se medir a demanda do sistema. A década de 90 é a que mais produziu, em termos nacionais, concluintes do ensino médio, foi um crescimento de 191% em relação a década anterior.

---

<sup>1</sup> Outros modelos como os Institutos Federais de Ensino Tecnológico tem uma dinâmica de funcionamento diferente e por isso não serão abordados nesse trabalho.

<sup>2</sup> A equidade é diferente da igualdade

<sup>3</sup> Criado pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.

<sup>4</sup> Censo da educação superior – INEP.

Podemos, deste modo, calcular a **Relação de Cobertura** do sistema público de ensino superior, através do cálculo do número de vagas disponíveis em relação ao número de concluintes no ensino médio<sup>5</sup>.

Em termos nacionais, o crescimento no final da década de 90 em relação ao período anterior foi de 58,46%, no final da década de 2000, foi de 81,3%. A relação de cobertura é de 12,94%, ou seja, são 7,72 alunos para cada vaga no sistema público nos anos 90. Em 2010, essa relação sobe para 24,84%, disponibilizando 1 vaga para cada 4,02 alunos. Esse número é expressivo, porém, não nos dá as dimensões regionais, também importante nesse movimento de expansão, como visto no PNE de 2001 que coloca a necessidade de diminuição das diferenças regionais. Portanto, a partir daqui faremos a descrição por região.

A região Norte tem um crescimento relevante quando se compara as vagas criadas na 1990, é um crescimento de 256% ou seja, 2 vezes e meia mais vagas. O crescimento na década de 2000 não é tão expressivo (43,97%) porém, as vagas disponíveis conseguem manter um contínuo na relação de cobertura, permanecendo muito próximas, 22,14% no fim dos anos 90 e 25,70% no fim da década de 2000.

No Nordeste, o ritmo de criação de vagas é superior ao nacional, sendo 69,99% de crescimento na década de 90 e 86,81% nos anos 2000. Assim sendo, o ritmo de crescimento das vagas conseguiu alcançar os números de relação cobertura nacionais, chegando em 24,21% no fim da década de 2000.

A região que mais mostrou crescimento nas vagas foi a região Centro-Oeste, superando a marca nacional tanto na década de 90 quanto na década de 2000, sendo 120,45% e 103,11% respectivamente. Esses números também apontam para uma relação de cobertura que supera a marca nacional, 20,63% em no fim da década de 90 e 40,84% no fim da década de 2000.

O Sudeste tem o maior número absoluto de vagas novas criadas na década de 2000, 67.338 vagas novas que representa um aumento de 80,83% em relação a década anterior (que teve crescimento de 40,06%). Esse crescimento nos dá uma relação de cobertura menor em relação a marca nacional. São 8,35% na década de 90 e 19,82% no final da década de 2000.

Por fim, o Sul segue as médias nacionais tendo respectivamente 17,29% e 83,77% de crescimento nas décadas de 90 e 2000 (em relação às décadas anteriores) e relação de cobertura de 16,13% e 33,68% respectivamente.

Há que se considerar que o aumento numérico no sistema público de educação superior não é igual em todas as regiões, apresentando nítidas nuances que podem caracterizar um ponto estratégico de ação dos promotores da política analisada. Nesse texto não pretendemos investigar as causas que levam a essas diferenças.

### **3. Dois períodos: entre 1991-1995 e 1996-2011**

#### *Entre 1991 e 1995 – Cenário de Assimetria regional*

Nessa sessão examinaremos mais atentamente a situação das universidades federais no período entre 1991 e 1995. Nesse período percebemos uma assimetria entre as regiões no que tange a distribuição de capitais.

---

<sup>5</sup> Nota metodológica: o cálculo não considera a “demanda reprimida” de acesso ao ensino superior, ou seja, a população que já concluiu o ensino médio e que ainda não entrou no ensino superior. Esse número é difícil de se medir e acreditamos que com o número de concluintes é possível desenhar um quadro informativo do fenômeno.

**Tabela 5:** Número de Universidades Federais no período por macroregião

	1991	1992	1993	1994	1995
<b>Brasil</b>	37	37	37	39	39
<b>Norte</b>	6	6	6	6	6
<b>Nordeste</b>	10	10	10	10	10
<b>Centro-Oeste</b>	4	4	4	4	4
<b>Sudeste</b>	11	11	11	13	13
<b>Sul</b>	6	6	6	6	6

Fonte: INEP/MEC

Percebe-se que no período a única modificação no cenário foi no Sudeste, com a criação de duas universidades no ano de 1994.

**Tabela 6:** Vagas em Universidades Federais por macro região 1991-1995 e renda per capita por região

	1991	1992	1993	1994	1995	$\Delta$ %	Renda per capita (1995)
<b>Brasil</b>	58393	74453	74852	79675	81584	39,72	579,92
<b>Norte</b>	6900	7236	7675	10492	9397	36,19	461,34
<b>Nordeste</b>	23206	23357	23602	23356	23651	1,92	307,57
<b>Centro-Oeste</b>	6770	6311	6032	6340	9677	42,94	577,42
<b>Sudeste</b>	21517	23258	23354	24837	24084	11,93	745,50
<b>Sul</b>	14161	14291	14189	14650	14739	4,08	658,72

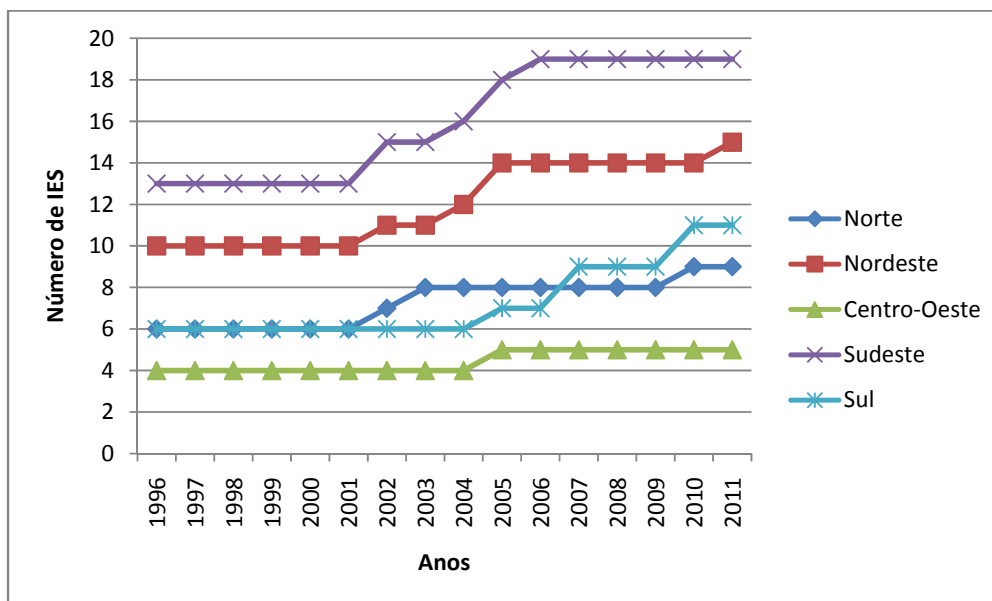
Fonte: INEP/MEC e IPEA Data

Percebemos nessa tabela que a variação nas vagas no período não tem padrão de homogeneização e também não busca equilibrar a situação que apresenta desfavorável em algumas regiões. Chamamos atenção para a região nordeste: foi uma diferença de 1,92% positivo na criação de novas vagas. Essa região tem a menor indicação de renda per capita.

#### *Entre 1996 e 2010 – Cenário de amenização das assimetrias regionais*

Buscamos nesse tópico apresentar informações relevantes para caracterizar os rumos da expansão da universidade federal brasileira demonstrando uma tendência de amenização das diferenças regionais através de criação de instituições, campi e vagas em regiões antes não privilegiadas.

**Gráfico 1:** Número de Universidades Federais por região 1996-2011



Fonte: feito pela autora a partir de dados do Censo do Ensino Superior – INEP

Em números absolutos o sudeste é o que tem o maior número de instituições, mas é interessante dar uma olhada nas variações do número de instituições ao longo do período

**Tabela 7:** Variação do número de Universidades federais por região 1996-2011

	$\Delta$ % 96-00	$\Delta$ % 01-05	$\Delta$ % 06-11
<b>Norte</b>	0	33,39	12,5
<b>Nordeste</b>	0	40,00	7,14
<b>Centro-Oeste</b>	0	25,00	0
<b>Sudeste</b>	0	38,46	0
<b>Sul</b>	0	16,7	57,14

Primeiro, percebe-se que a grande mudança quanto a criação de instituições está localizada no período entre 2001 e 2005. Grande parte das universidades do programa Reuni foram criadas nessa período. É interessante perceber que a região nordeste é a que mais cresceu, sendo que a menos cresceu no período entre 1991-1995, também temos a região norte com um percentual significativo.

Além de IES e vagas, é de extrema importância a constituição e localização dos *campi* existentes e constituídos no período pós 2002, para o perfil do que aqui chamamos de expansão geográfica e federativa.

Em documento disponível do site do MEC<sup>6</sup>, até 2002 havia 148 *campi* distribuídos em 114 municípios, entre 2003 e 2010 esse número vai para 274 *campi* distribuídos em 230

<sup>6</sup> MEC (2013).



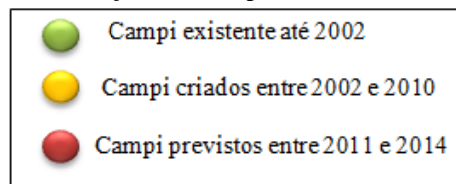
municípios e até 2014 estão previstos mais 47 *campi* o que leva o total para 321 *campi* distribuídos em 275 cidades.

O número de *campi* previstos/criados em cada região também são diferentes, em ordem decrescente foram 61,84% dos *campi* existentes hoje foram criados no período em análise. Observar o mapa abaixo (Figura 1) para localizar geograficamente a dispersão dos *campi*, tanto já existentes quanto a partir de 2010 os criados e os previstos.

Também é importante ressaltar a criação de Universidades em zonas fronteiriças como a UNILAB, UNILA, UFFS que visam a integração entre estados, entre grandes zonas próximas ou ainda (como no caso da primeira) a integração internacional com países de língua portuguesa.



**Figura 1:** Distribuição dos campi existentes, criados e previstos (1808-2014)



Fonte: MEC (2013)

**Tabela 9:** Variação do número de Universidades federais por região 1996-2011

	$\Delta\%$ 96-00	$\Delta\%$ 01-05	$\Delta\%$ 06-11
<b>Norte</b>	161,40	-21,11	21,73
<b>Nordeste</b>	22,00	5,99	81,51
<b>Centro-Oeste</b>	70,20	36,29	70,72
<b>Sudeste</b>	18,28	13,71	92,16
<b>Sul</b>	16,33	2,44	88,11

**Tabela 8:** Evolução do número de matrículas por região 1996-2011

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Norte</b>	8266	8761	8826	9.075	21.607	18093	16755	14368	14234	14274	20236	16818	18552	19387	23186	24633
<b>Nordeste</b>	24128	25712	27123	29.357	29.437	31191	33587	31660	31985	33058	38861	44843	46744	59618	68082	70535
<b>Centro-Oeste</b>	9512	10293	10677	10.845	16.189	15534	13260	15083	14041	21171	14991	15553	16888	20836	39214	25592
<b>Sudeste</b>	24125	25653	25749	26.472	28.536	29095	32509	30862	32145	33084	35736	39024	43278	54746	62235	68672
<b>Sul</b>	14662	14759	14489	15.188	17.057	17015	17152	17211	17397	17430	22379	23637	25407	32397	39214	42098

Fonte: Censo da Educação Superior-INEP

A partir dos dados levantados, percebemos que o movimento de expansão das vagas disponibilizadas está no período seguinte ao da expansão. Isso é em parte explicada pela necessidade temporal de primeiro criar as instituições, fazê-las funcionar para depois vir com os processos seletivos.

#### **4. Questões para pensar a expansão do das Universidades Federais Brasileiras**

Tendo esse cenário como ponto de partida, quais são os questionamentos possíveis de se fazer? Temos, deste modo, cinco considerações que podem fazer parte de roteiros de pesquisa sobre o tema.

O primeiro deles está em identificar “forma” e “conteúdo”. Assim, é de fundamental importância localizar todos os lados pelo qual essa expansão das universidades federais brasileiras foi pensada. Nesse sentido, levantar documentos, projetos, discursos e outros materiais pertinentes e comparar com os dados efetuados. Teríamos, portanto, um mapa completo desse projeto, nem sempre pensado no mesmo lugar e pelas mesmas pessoas, que nos abriria a chave para entender o que realmente foi pensando e o que foi realizado.

Outra questão que se abre é como medir o impacto imediato das mudanças dessas instituições? Quais fatores são importantes para identificar a mudança da paisagem, do ambiente sócio-econômico, da produção técnica e científica. A partir disso, como medir mudanças futuras? Como criar indicadores e formas de mensuração impactos de médio e longo prazo?

Os campi são parte importante também, principalmente do período mais recente, eles portanto, tem um grau de capilaridade que faz com que a interiorização, ou ainda, a regionalização das universidades federais possa ser efetiva ou não. Assim, faz-se necessário uma forma de identificar padrões de criação e funcionamento desses campi, bem como mapeá-los.

Por fim, é possível pensar em eficiência universitária? Nesse sentido, quem está dentro da Universidade Federal? Quem se forma? Onde se aloca o profissional formado nessas redes?

É claro que muitas outras questões podem ser debatidas e incorporadas ao tema. Necessário observar que trata-se de tema de bastante interesse e repercussão de geral nas Ciências Sociais Brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maria Aparecida Azevedo. Educação: um novo patamar institucional. **Revista Novos Estudos**, 87, 2010.
- BARREYRO, G. B.(2008) **Mapa do ensino superior privado**. Brasília: INEP/MEC, 2008. 77 p.
- CORBUCCI, P. R. Dimensões estratégicas e limites do papel da educação para o desenvolvimento brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 48 set-dez, 2011
- CUNHA, L. A. A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DURHAM, E. O Ensino superior no Brasil: O público e o privado. **Documento de trabalho NUPPES**. São Paulo, 2003.
- IPEA. **Perspectivas do desenvolvimento**. Efeitos econômicos dos gastos sociais no Brasil. Brasília, 2010.
- MATTOS E SILVA, Ivan Henrique. As Políticas de Ensino Superior no Brasil (1995-2010): Entre o Mercado e a Cidadania In **Anais da I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política – Interfaces da Ciência Política**. São Carlos: UFSCar, 20013. Disponível em: <http://spufscar.blogspot.com.br/2013/05/anais-volume-3.html> Acesso em 20 de junho de 2013.
- MEC. Ministério da Educação. **Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica: Mais formação e oportunidade para os brasileiros**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO\\_EXPANSAO\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR14.pdf](http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf) Acesso em 20 de junho de 2013.
- PERES, T. H. Educação Superior, emprego e renda: uma relação problemática. São Paulo, 2010 (Tese de Doutorado)
- PINTO, J. M. R. O Acesso à educação superior no Brasil. **Educ. Soc.** Campinas, v. 25, n. 88, p.727-756 – Especial – Out.2004.